

Notícias Sindicais, 16/10/14

Portal da CUT

Além das terceirizadas, as “quarteirizadas”

Sindicato critica atuação da Companhia de Saneamento de Sergipe

Escrito por: SINDISAN • Publicado em: 15/10/2014

O SINDISAN, Sindicato dos Trabalhadores da área de Saneamento de Sergipe, está recebendo notícias de que em certas localidades pertencentes à Regional Sul, como a cidade de Aquidabã, a Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) está sofrendo diversos processos judiciais. O fato decorre da companhia não estar cumprindo em tempo o que manda a lei: a ligação de água nas residências.

Isto ocorre porque a companhia não dispõe, ainda, apesar do concurso público, de mão-de-obra suficiente para efetuar atividades fins. Sendo assim, ela terceiriza o serviço através de uma empresa de nome CAMEL para executar os serviços. Pois bem, essa terceirizada, por gozar de diversos contratos com a DESO (que até parecem ser vitalícios), também não tem pessoal suficiente para trabalhar. Ela usa o recurso nefasto da QUARTEIRIZAÇÃO, sublocando o serviço para outra empresa, que geralmente pertence ao mesmo grupo, mas com o nome diferenciado para não levantar suspeita.

Esta gata quarteirizada, por não ter compromisso nenhum com a DESO, executa o serviço de qualquer maneira, sem prazo de execução, sem critério técnico algum, sem fiscalização nenhuma por parte da DESO, nem tampouco da CAMEL.

Desta maneira, sobra para a própria DESO, que mesmo com seu baixo efetivo tentar corrigir essas distorções para não cair nas barras da justiça, a ponto de mandar seus funcionários executarem ligações a toque de caixa, às vezes usando hidrômetros usados e sem confiabilidade técnica na medição.

O SINDISAN acredita que a Diretoria da DESO precisa rever esta forma de administrar a Companhia, afinal de contas, quanto estoura uma situação como essa o nome em jogo perante a população não é o da Camel ou outra terceirizada qualquer, mas sim da DESO, que deve prestar um serviço de alta qualidade para toda a população.

O SINDISAN aproveita também para lembrar os chefes da DESO de que junto com essas informações também chegam várias denúncias, embora não confirmadas até o momento, de ligações de água sendo feita à revelia da Companhia, motivado pelo descontentamento dos trabalhadores das diversas empresas terceirizadas – e agora quarteirizadas – pelo não recebimento de seus devidos salários. E o que é pior: essas mesmas empresas alegam não receber as suas faturas em tempo hábil, como se o salário de seus funcionários estivessem diretamente atrelados ao recebimento desta ou daquela fatura.

Fatos como esses só depõem contra a DESO. Os trabalhadores sabem que quando se terceiriza um serviço, a contratante se torna uma responsável solidária, respondendo, inclusive, criminalmente pelos malfeitos da sua querida terceirizada.

O SINDISAN se solidariza com todos esses trabalhadores terceirizados, que passam por esses desmandos administrativos no dia a dia de suas árduas tarefas, sem serem olhados por ninguém que lhes deem segurança jurídica para tantos descabimentos. Pedimos insistentemente a esses colegas de luta que leiam este texto, e nele vejam um instrumento de repúdio e, ao mesmo tempo, uma voz de insatisfação para todos aqueles que hoje se sentem ultrajados.

O SINDISAN reitera que jamais bate na figura pessoal do trabalhador terceirizado, e sim na forma dissimulada e maquiavélica de como as coisas são efetivadas, geralmente para beneficiar alguns espertos, que têm compromissos assumidos com outros e, nesse mar de lama, fatalmente só sobra para toda a massa trabalhadora, que veem no final do contrato, toda a sujeira arquivada durante anos vir à tona.

Portal da CUT

FUP participa de Seminário Internacional em Mar Del Plata

Encontro discutiu Direito à Energia e privatização no setor

Escrito por: FUP • Publicado em: 15/10/2014

Nos dias 10 e 11 de outubro, foi realizado em mar Del Plata, Argentina, o Seminário Internacional em homenagem aos 71 anos da organização e luta dos trabalhadores de Luz e Força de Mal del Plata.

O encontro, que debateu a defesa do direito do povo à energia, teve a participação de entidades de trabalhadores da Argentina, Chile, Uruguai, Venezuela, Brasil e França, entre elas a Federação Única dos Petroleiros (FUP).

O papel do estado no setor energético contra as tendências e práticas da privatização no setor foi o principal tema de debate entre as entidades. O diretor da Secretaria de Relações internacionais da FUP, João Antonio de Moraes, representou a categoria petroleira do Brasil, explicando a conjuntura energética do país, citando os avanços conquistados pelos trabalhadores da Petrobrás a partir do momento em que o estado passou a priorizar os investimentos na maior empresa de energia do país, que é a Petrobrás e, exemplificando a luta da Plataforma Operária e Camponesa de Energia, que há dois anos intensifica a luta contra a mercantilização da energia.

Diap, 15/10/14

Terceirização poderá ser debatida em audiência na Comissão de Trabalho

O colegiado pode votar pedido de realização de Seminário sobre Terceirização

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Reunião acontece quarta-feira (15), às 10h, no plenário 12.

Extinção da Administração Federal de servidores e policiais militares - Nesta quarta-feira (15), a Comissão pode votar o Requerimento 362/14, do deputado Sebastião Bala Rocha (SD-AP), que requer a realização de Audiência Pública para debater a Regulamentação da Emenda Constitucional 79/2014.

A emenda altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da Administração Federal, de servidores e policiais militares admitidos pelos Estados do Amapá e de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências.

Terceirização & Economia - Legalidade, modernização e valorização das relações capital-trabalho

Pode ser votado também o Requerimento 363/14, do deputado Laercio Oliveira (SD-SE), que requer a realização do Seminário Terceirização & Economia Legalidade, modernização e valorização das relações capital - trabalho.

Direito ao pagamento dos retroativos da Gead aos professores - Os deputados podem votar o Requerimento 364/14, do deputado Sebastião Bala Rocha (SD-AP), que requer a realização de audiência pública para debater o direito ao pagamento dos retroativos da Gratificação Específica de Atividade Docente (Gead) aos professores de nível médio do ex-território do Amapá.

Direito de contratar por hora trabalhada - Em pauta ainda, o PLP 31/11, do deputado Filipe Pereira (PSC-RJ), que acrescenta dispositivo à Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das leis 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da CLT, da Lei 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as leis 9.317, de 5 de dezembro de 1996 e 9.841, de 5 de outubro de 1999, de forma a possibilitar às microempresas e as empresas de pequeno porte a contratação de trabalhador com pagamento por hora trabalhada.

Ofereceu parecer pela aprovação do projeto, a relatora, deputada Gorete Pereira (PR-CE).

Folga anual para exame preventivo do câncer - Os deputados podem votar o PL 1.830/07 (PLS 233/06), do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT, para incluir o exame de detecção de câncer de mama, útero ou próstata nas hipóteses em que o empregado poderá se afastar do serviço sem prejuízo do salário.

O relator, deputado Sandro Mabel (PMDB-GO) apresentou parecer pela aprovação do projeto, com emenda.

Disciplina o abandono de emprego - Podem votar também o PL 4.001/12 (PLS 637/11), do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), acrescenta parágrafos ao artigo 482 da CLT, para disciplinar o abandono de emprego.

O deputado André Figueiredo (PDT-CE), relator da matéria, proferiu parecer pela aprovação deste e da emenda apresentada nesta Comissão, com substitutivo. Foi concedida vista ao deputado Assis Melo (PCdoB-RS).

Conselhos de profissionais de artes marciais - Em pauta ainda o PL 2.889/08, do ex-deputado Marcelo Itagiba (PSDB-RJ), que dispõe sobre a criação do Conselho Federal e dos conselhos regionais de profissionais de artes marciais e dá outras providências.

O relator, deputado Alex Canziani (PTB-PR) apresentou parecer pela aprovação deste e dos PLs 6.933/10, 7.890/10, 7.813/10, 1.127/11, 3.280/12 e 2.051/11, apensados, nos termos do substitutivo da Comissão de Turismo.

Estabilidade provisória e continuidade do benefício - É provável que seja apreciado o PL 3.783/08, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), que acrescenta parágrafo ao artigo 391 da CLT, para assegurar à mulher sob estabilidade provisória a continuidade do benefício em caso de falecimento do filho.

O deputado Laercio Oliveira (SD-SE), relator da proposta, ofereceu parecer pela rejeição deste e do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.

Prestadores de serviços turísticos - Os deputados podem analisar o PL 4.030/08, do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), que acrescenta os incisos VII, VIII e IX ao artigo 21 e os artigos 32-A, 32-B e 32-C, Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008 que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.

A proposição inclui os guias de turismo, as instituições de ensino universitário bem como os cursos técnicos e de qualificação profissional em turismo, e os turismólogos como prestadores de serviços turísticos.

O relator, deputado Roberto Santiago (PSD-SP) apresentou parecer pela aprovação deste e dos PLs 4.031/08, 4.032/08, 4.033/08 e 4.034/08, apensados, nos termos do substitutivo da Comissão de Turismo e Desporto.

Frentes produtivas de trabalho - Dentre as propostas em pauta, pode ser apreciado o PL 828/11, do deputado Filipe Pereira (PSC-RJ), que dispõe sobre a criação de frentes produtivas de trabalho.

O deputado Alex Canziani (PTB-PR), relator da matéria, proferiu parecer pela aprovação do projeto.

Saque do FGTS em caso de morte do trabalhador - Há a possibilidade de ser votado o PL 4.877/12, do deputado Júlio Campos (DEM-MT), que altera o artigo 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e dá outras providências.

O projeto estabelece que a conta vinculada do trabalhador, no caso de seu falecimento, será movimentada pelos sucessores previstos na legislação civil, mediante apresentação de alvará judicial ou escritura pública.

Apresentou parecer pela rejeição do projeto, o relator, deputado Eudes Xavier (PT-CE).

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Reunião acontece quarta-feira (15), às 10h, no plenário 4.

LDO 2015 - Colegiado aprecia as sugestões de emendas a serem apresentadas pelo colegiado ao PLN 3/14.

Multa de 10% por demissão sem justa causa - A Comissão pode votar o PLP 51/07, do deputado José Carlos Machado (DEM-SE), que revoga a Lei Complementar 110, de 29 de junho de 2001, que institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências.

O deputado Guilherme Campos (PSD-SP), relator da matéria, apresentou ao projeto parecer pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PLP 51/07 e dos PLPs 391/08, 407/08, 304/13, 306/13, 330/13, 332/13 e 342/13, apensados, e do substitutivo da Comissão de Trabalho; e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PLP 310/13, apensado; e no mérito, pela aprovação do PLP 330/13, apensado, e pela aprovação parcial do PLP 51/07 e dos PLPs 391/08, 407/08, 304/13, 332/13 e 342/13, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PLP 306/13, apensado.

Contribuição sindical dos profissionais liberais - Pode votar também o PL 2.141/11 (PLS 324/10), do ex-senador Gerson Camata (PMDB-ES), que altera o artigo 580 da CLT, para fixar o valor da contribuição sindical anual dos agentes e trabalhadores autônomos e dos profissionais liberais e para dispor sobre a sua atualização.

O relator, deputado João Dado (SD-SP) ofereceu parecer pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL 2.141/11, do PL 1.491/11, apensado, do substitutivo da Comissão de Trabalho e da emenda apresentada na Comissão de Finanças e Tributação; e, no mérito, pela aprovação do PL 2.141/11, do PL 1.491/11, apensado, do substitutivo da Comissão de Trabalho, com subemenda, e pela rejeição da emenda apresentada na Comissão.

Cargos de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública Federal - Em pauta ainda o PL 6.244/13, do Poder Executivo, que cria cargos de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública federal e dá outras providências. A proposta altera a Lei 10.871, de 2004 e a Lei 11.907, de 2009.

Apresentou parecer pela adequação financeira do projeto, o deputado Manoel Junior (PMDB-PB), relator da matéria.

Plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário da União - O Colegiado pode apreciar o PL 6.613/09, do Supremo Tribunal Federal, que altera dispositivos da Lei 11.416, de 15 de

dezembro de 2006, plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.

A matéria denomina o oficial de justiça avaliador da União; altera a denominação da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) para Gratificação Judiciária; extingue a possibilidade de opção pela remuneração do cargo efetivo para os servidores no exercício de funções comissionadas; limita o maior vencimento básico da categoria a setenta e cinco por cento do subsídio de Juiz Federal Substituto; enquadra os servidores da categoria de auxiliar operacional de serviços diversos e confere fé pública às carteiras de identidade funcional dos órgãos do Poder Judiciário.

O relator, deputado João Dado (SD-SP) ofereceu parecer pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto e das emendas 6, 15, 18, 29, 31, 33, 46 e 49 da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com emenda; pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das emendas 1, 2, 3, 4, 8, 9, 13, 14, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 30, 35, 37, 38, 39, 44, 45, 47, 53 e 54, apresentadas na Comissão de Trabalho; e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das emendas 5, 7, 10, 11, 12, 16, 17, 19, 24, 26, 32, 34, 36, 40, 41, 42, 43, 48, 50, 51 e 52 apresentadas na Comissão de Trabalho e das emendas 1/10, 2/10, 1/11 e 3/11 apresentadas na Comissão de Finanças e Tributação. Foi concedida vista conjunta aos deputados Cláudio Puty (PT-PA) e Pauderney Avelino (DEM-AM).

Trabalho decente - É possível que seja analisado o PL 3.003/11, do deputado Assis Melo (PCdoB-RS), que dispõe sobre a prática do "Trabalho Decente" nas contratações de serviços e obras públicas da Administração Pública Federal.

O relator, deputado João Magalhães (PMDB-MG) proferiu parecer pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição do projeto.

Anistia aos ex-servidores da Administração Pública Federal direta - Os deputados podem votar o PL 4.293/08, do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ) e outros, que concede anistia aos ex-servidores da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, exonerados em virtude de adesão, a partir de 21 de novembro de 1996, a programas de desligamento voluntário.

A matéria refere-se a programas de desligamento voluntário (PDV), que ocorreram a partir de 21 de novembro de 1996, data de vigência da MP 1.530-7, de 1997, convertida na Lei 9.468, de 1997.

O deputado Lucio Vieira Lima (PMDB-BA), relator da proposta, proferiu parecer pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL 4.293/08 e dos PLs 4.499/08, 5.149/09 e 5.447/09, apensados, com emendas, e do substitutivo da Comissão de Trabalho, com subemenda.

Perdas relativas a não optantes do FGTS - Há a possibilidade de ser analisado o PL 993/11, do deputado Giovani Cherini (PDT-RS), que acrescenta dispositivos à Lei 10.555, de 13 de novembro de 2002, com o objetivo de estabelecer autorização à Caixa Econômica Federal, ouvido o Conselho Curador do FGTS, a efetuar crédito de valores de que dispõe a Lei Complementar 110, de 29 de junho de 2001, nas contas vinculadas de que trata o parágrafo 3º do artigo 14 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990. A proposição concede ao empregador o direito de receber o complemento de atualização monetária na conta de não optante ao regime de FGTS.

O relator, deputado João Dado (SD-SP) apresentou ao projeto parecer pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL 993/11, do PL 3.038/11, apensado, e do substitutivo da Comissão de Trabalho; e, no mérito, pela aprovação do PL 993/11 e do PL 3.038/11, apensado, na forma do substitutivo da Comissão de Trabalho.

Retenção parcial de salário por instituição bancária - O Colegiado pode votar o PL 2.084/11, do deputado Manato (SD-ES), que dispõe sobre a retenção parcial de salário por instituição bancária. O projeto autoriza a retenção parcial do salário nos casos de empréstimos por margem consignável.

O deputado João Dado (SD-SP), relator da matéria, proferiu parecer ao projeto pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do projeto e da emenda 1/13, apresentada ao substitutivo; e, no mérito, pela aprovação do projeto, com substitutivo, e pela rejeição da emenda 1/13, apresentada ao substitutivo. O deputado Guilherme Campos (PSD-SP) apresentou voto em separado.

Anistia a ex-servidores - A Comissão pode apreciar o PL 1.265/07, da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), que altera a Lei 8.878, de 11 de maio de 1994, para incluir entre os beneficiários da anistia os ex-servidores na situação que menciona.

A matéria inclui entre os beneficiários da anistia os empregados mantidos em atividade, além do prazo previsto de 30 de setembro de 1992, por desempenharem funções relacionadas à liquidação ou dissolução da entidade a qual estavam vinculados.

O relator, deputado João Dado (SD-SP) apresentou parecer pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL 1.265/07 e do PL 1.857/07, apensado. Foi concedida vista ao deputado Afonso Florence (PT-BA).

Reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre - Em pauta ainda o PL 6.876/10, da deputada Gorete Pereira (PR-CE), que altera a Lei 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, e dá outras providências.

O projeto prorroga por prazo indeterminado a transferência de recursos para pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios e contribuição à Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social dos empregados transferidos do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte.

O deputado José Humberto (PSD-MG), relator da matéria, ofereceu parecer pela adequação financeira e orçamentária do projeto, com a emenda 1/11 apresentada na Comissão. Foi concedida vista ao deputado Afonso Florence (PT-BA).

Honorários de sucumbência aos advogados públicos - Há a possibilidade de ser analisado o PL 2.279/11, do deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), que obriga o pagamento de honorários de sucumbência aos advogados públicos, alterando a Lei 8.906, de 4 de julho de 1994.

O relator, deputado André Figueiredo (PDT-CE) apresentou parecer pela adequação financeira e orçamentária, com emenda.

Operações de crédito consignado com aposentados e pensionistas do INSS - Pode ser apreciado na Comissão o Requerimento 321/14, do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), que solicita informações ao ministro da Previdência Social sobre a eventual instalação, pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), de um novo programa de averbação de margem online nas operações de crédito consignado com aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Piso salarial do enfermeiro - A Comissão pode votar também o Requerimento 322/14, do deputado Dr. Ubiali (PSB-SP), para que seja realizada sessão de audiência pública, para debate sobre os impactos financeiros do PL 4.924/09 que trata do piso salarial do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reunião acontece quarta-feira (15), às 9h30, no plenário 5.

Contratação de seguro de vida para empregados - A Comissão pode votar o PL 3.007/11, do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que obriga as pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) à contratação de seguro de vida para seus empregados.

Ofereceu parecer pela rejeição do projeto, o deputado Antonio Balhmann (Pros-CE).

Desoneração da folha a todos os setores da economia - Pode votar também o PL 4.783/12, do deputado Guilherme Campos (PSD-SP), que altera o artigo 7º da Lei 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que dispõe sobre as contribuições previstas nos incisos I e III do artigo 22 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.

A matéria autoriza todas as empresas a optarem pela contribuição de 2% sobre o valor da receita bruta para o cálculo da contribuição previdenciária.

A relatora, deputada Rebecca Garcia (PP-AM) proferiu parecer pela aprovação deste, e do PL 6.450/13, apensado, com substitutivo.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTE

Reunião acontece quarta-feira (15), às 9h30, no plenário 11.

Regulamenta a função de Examinador de Trânsito - A Comissão pode votar o PL 355/11, do deputado Milton Monti (PR-SP), que regulamenta a função de Examinador de Trânsito.

O relator, deputado Hugo Leal (Pros-RJ) apresentou parecer pela rejeição.

Portal da UGT

Setor ceramista amplia produção no Nordeste

15/10/2014

Para atender o mercado local e de olho em insumos necessários para a fabricação de revestimentos cerâmicos, como gás natural e argila, indústrias do setor investem na produção no Nordeste.

O grupo sergipano Escurial vai implantar duas novas linhas de pisos e azulejos em sua unidade de Nossa Senhora do Socorro, na região metropolitana de Aracaju.

Com um investimento de R\$ 70 milhões, a expansão vai mais que dobrar a capacidade da empresa, hoje em cerca de 1 milhão de metros quadrados por mês.

"Ainda existe uma demanda reprimida no Nordeste. Hoje, do total de revestimentos cerâmicos consumidos na região, cerca de 20% precisam ser trazidos do Sul e do Sudeste", diz Celso Hiroshi Hayasi, presidente do grupo.

"Como é um material pesado, esse transporte encarece o frete e, consequentemente, o preço do produto", afirma.

Além de aumentar o volume produzido, o aporte também vai permitir a inclusão de novos formatos de pisos.

A companhia atende principalmente o varejo, com produtos destinados aos segmentos B e C. Na venda para construtoras, a maior parte vai para empreendimentos imobiliários populares.

"Mesmo com o cenário [de desaceleração da economia], o Nordeste ainda tem crescido um pouco acima da média do país", afirma Hayasi.

No Rio Grande do Norte, outras duas ceramistas planejam fábricas --uma delas do grupo Elizabeth, com aporte de R\$ 250 milhões.

A catarinense Portobello, por sua vez, constrói uma planta de R\$ 210 milhões em Marechal Deodoro (AL).

Fonte: Uol

Portal da UGT

57% das pessoas acima de 60 anos não têm reservas

15/10/2014

O desequilíbrio financeiro afeta mais da metade dos consumidores com mais de 60 anos, segundo uma pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil). O estudo revela que 57% dos consumidores da terceira idade não têm nenhuma reserva financeira ou investimento.

"Essa situação é ainda mais comum entre os entrevistados com baixa escolaridade (68%) e os pertencentes à classe D e E (77%)", destaca a economista da instituição, Marcela Kawauti. Um dos principais motivos que atrapalham esses consumidores a poupar e a investir é a preocupação com a família.

Além disso, o estudo aponta que 54% têm dívidas por não saberem controlar as contas e 32% já tiveram o nome incluído em listas de inadimplentes. "Quase a metade dos idosos entrevistados (47%) garante que pensa no futuro da família e acaba deixando de fazer coisas que gostaria para manter uma reserva financeira", diz o SPC.

A falta de educação financeira também é outra explicação. Dos 632 entrevistados em todas as capitais brasileiras, 59% não sabem calcular juros de empréstimos e 91% não fazem transações bancárias, como conferência de saldo e pagamento de contas, pela internet.

No entanto, de acordo com o relatório, 72% dos consumidores com mais de 60 anos declaram ter atualmente uma situação financeira estável. Oito em cada dez afirmam ainda não depender de ninguém para gerir as próprias contas e 74% dizem não perder mais o controle de seu orçamento há alguns anos. Do total, 38% dizem fazer algum tipo de controle financeiro, seja com cadernos de anotação ou planilhas eletrônicas. Por outro lado, 40% dos entrevistados não deixam registros e preferem fazer tudo de cabeça. Já 14% deles admitem não ter nenhum controle sobre suas contas.

Endividamento. O grau de endividamento e o ritmo de crescimento do número de idosos com contas em atraso são maiores que a média nacional. Segundo a pesquisa, 4 milhões de idosos são inadimplentes, o que representa cerca de 25% da população acima de 65 anos. Além disso, enquanto o crescimento médio do número de inadimplentes na SPC é de 3,8%, na população entre 64 e 94 anos, a taxa de crescimento é o dobro, de 7,5%.

O que mais leva idosos a atrasarem suas contas e terem o nome negativado no sistema do SPC é a ajuda a pessoas próximas: 21% emprestaram o nome para financiar compras e pegar empréstimos para amigos e parentes e não conseguiram honrar o compromisso. A segunda causa mais comum, com 19% das respostas, é o mau planejamento financeiro, seguido de problemas de saúde (11%), descontrole dos gastos (8%) e de cobranças indevidas (6%).

Metodologia. Para mapear o perfil e o comportamento de consumo da população brasileira idosa, o SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito) e o portal de educação financeira Meu Bolso Feliz entrevistaram pessoalmente 632 consumidores com idade acima de 60 anos de ambos os gêneros e de todas as classes sociais nas 27 capitais brasileiras. A margem de erro é de 3,9 pontos percentuais para um intervalo de confiança de 95%.

Fonte: Estadão

Portal Mundo Sindical

MMX demite cerca de 120 funcionários, diz sindicato

A MMX, mineradora de Eike Batista, começou a demitir na última sexta-feira cerca de 120 funcionários de um total de 420 trabalhadores das minas de Serra Azul (MG), de acordo com o presidente do Sindicato Metabase de Brumadinho, Agostinho José de Sales.

A companhia enfrenta dificuldades financeiras em meio à retração dos preços do minério de ferro e em função de restrições operacionais.

"Já enviamos um ofício para a empresa solicitando o cancelamento das demissões e hoje à tarde vamos encaminhar um pedido de intermediação ao Ministério do Trabalho e Emprego. Queremos uma reunião urgente com a MMX", afirmou Sales.

Segundo o presidente do sindicato, um diretor da companhia o atendeu na sexta-feira e confirmou as demissões em áreas ligadas à produção.

Os funcionários retornaram naquele dia de férias coletivas, que começaram no início de setembro.

Procurada pela reportagem, a empresa ainda não se pronunciou.

Sales foi informado que haverá uma reunião nesta terça-feira com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad) para buscar uma solução para o problema.

Também haverá vistoria do Ministério Público do Trabalho, disse ele. Em fevereiro, a secretaria embargou a mina "Tico Tico" por estar localizada em área próxima a cavidades de relevância ambiental.

Segundo o sindicalista, a posição da empresa sobre os demais trabalhadores será anunciada após os encontros, provavelmente na quarta-feira.

As restrições foram impostas até que se definam as áreas de proteção de determinadas cavidades existentes em alguns setores de lavra, informou a empresa em agosto, quando anunciou as férias coletivas.

A empresa anunciou em comunicado, também em agosto, que planeja apresentar novo modelo de negócios junto com a divulgação dos resultados do segundo trimestre, em 15 de outubro.

Fonte: Mariana Sallowicz/Estadão - 14/10/2014

Organizado por Ernesto Germano